

Ventos de São
Luis Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A.
Caiçara do Rio do Vento – Rio Grande do Norte**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Luis Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.443	5.155	Fornecedores		802	1.872
Contas a receber de clientes	6	5.463	9.148	Dividendos a pagar	14	1.266	2.520
Partes relacionadas - outros créditos	14	33	1.061	Empréstimos e financiamentos	8	14.790	9.563
Outros créditos		957	2.052	Contratos de mútuos	14	-	5.629
				Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	653	59
				Obrigações fiscais		1.066	916
				Imposto de renda e contribuição social	16	652	674
				Outras contas a pagar		73	221
Total do Ativo Circulante		26.896	17.416	Total do Passivo Circulante		19.302	21.454
Aplicações financeiras vinculadas	5	18.616	8.446	Empréstimos e financiamentos	8	247.690	240.253
Outros créditos		-	88	Provisão para desmobilização		3.182	3.035
Realizável a longo prazo		18.616	8.534	Total do Passivo Não circulante		250.872	243.288
Imobilizado	7	308.817	318.888	Patrimônio líquido	9		
Intangível		11	5	Capital social		71.278	71.278
				Reserva legal		798	531
				Reserva de lucros a distribuir		12.090	8.292
				Total do Patrimônio líquido		84.166	80.101
Total do Ativo Não Circulante		327.444	327.427	Total do Passivo		270.174	264.742
Total do Ativo		354.340	344.843	Total do Passivo e Patrimônio líquido		354.340	344.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	10	64.992	30.013
Custos operacionais	11	(27.700)	(9.590)
Lucro bruto		37.292	20.423
Despesas gerais ou administrativas	12	(852)	(1.075)
Outras despesas (receitas) operacionais		(1.272)	19
Despesas operacionais		(2.124)	(1.056)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		35.168	19.367
Receitas financeiras	13	3.158	359
Despesas financeiras	13	(29.868)	(5.814)
Resultado financeiro		(26.710)	(5.455)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		8.458	13.912
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(3.127)	(1.811)
Lucro do exercício		5.331	12.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro do exercício	5.331	12.101
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	5.331	12.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		71.278	-	-	(758)	70.520
Lucro do exercício		-	-	-	12.101	12.101
Destinação do Lucro						
Reserva legal	9	-	531	-	(531)	-
Dividendos obrigatórios	9	-	-	-	(2.520)	(2.520)
Reserva de lucros a distribuir	9	-	-	8.292	(8.292)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		71.278	531	8.292	-	80.101
Lucro do exercício		-	-	-	5.331	5.331
Destinação do Lucro						
Reserva legal	9	-	267	-	(267)	-
Dividendos obrigatórios	9	-	-	-	(1.266)	(1.266)
Reserva de lucros a distribuir	9	-	-	3.798	(3.798)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		71.278	798	12.090	-	84.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		5.331	12.101
Ajustes para:			
Depreciação	7	13.070	3.307
Juros sobre provisão de desmobilização	13	147	40
Rendimento de aplicações	5	(1.350)	(112)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	29.061	5.593
Apropriação do custo de captação	8	423	-
Resultado da baixa de imobilizado	7	26	-
Imposto de renda e contribuição social	16	3.127	1.811
Outros		847	536
		50.682	23.276
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		3.685	(9.148)
Outros créditos		(363)	(813)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		1.622	(449)
Fornecedores		(1.070)	1.644
Obrigações trabalhistas		(1)	1
Obrigações fiscais		(1.420)	264
Outras contas a pagar		(147)	(1)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		52.988	14.774
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	(13.690)	-
Juros pagos sobre mútuos		(129)	-
Ressarcimento de seguros	1.1	888	-
Impostos pagos sobre o lucro	16	(1.579)	(490)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		38.478	14.284
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(18.018)	(8.340)
Resgates de aplicações financeiras	5	9.009	96.195
Aquisição de imobilizado	7	(3.025)	(138.418)
Aquisição de intangível		(6)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(12.040)	(50.563)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos acionistas	9	(2.520)	-
Captações de mútuos	14	-	5.500
Captações de empréstimos e financiamentos	8	12.482	39.000
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	8	(12.041)	-
Arrendamentos pagos		-	(67)
Mútuos pagos	14	(5.500)	-
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(3.571)	(3.142)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas (proveniente das) atividades de financiamento		(11.150)	41.291
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		15.288	5.012
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	5.155	143
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	20.443	5.155
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		15.288	5.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 18 de dezembro de 2019 e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santa Léia 12; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 64,9 MW de capacidade instalada, está localizado em Caiçara do Rio do Vento (RN) e entrou em operação comercial plena em 20 de setembro de 2023. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, principalmente através de contratos de longo prazo.

1.1 Eventos operacionais relevantes que ocorreram no exercício

No dia 7 de outubro de 2023, a Companhia identificou o desligamento intempestivo de um dos dois transformadores de potência dos empreendimentos.

O custo para conserto do transformador foi arcado pelo fornecedor do equipamento, pois estava em período de garantia. Adicionalmente, a Companhia possui uma apólice de Risco Operacional com cobertura de lucro cessante, no qual comunicou a seguradora sobre o evento, que cobriu a totalidade do lucro cessante resultante do material danificado.

Durante o exercício de 2024 o transformador voltou ao pleno funcionamento na operação e nos meses de julho e novembro a seguradora efetuou o pagamento do montante de R\$ 888 à Companhia para cobrir os gastos na compra de energia durante o período de não funcionamento do transformador.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 2.8** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada; e
- **Nota 2.8** – provisão de desmobilização: determinar o prazo de operacionalização do empreendimento com base no período de concessão da outorga.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Retificação de erro imaterial de períodos anteriores

Durante o período de 2024, a Companhia identificou o reconhecimento indevido dos saldos de IOF sobre empréstimos no resultado financeiro. Os montantes deveriam ser reconhecidos como custos de transação, pois a despesa está vinculada à captação do recurso que é integralmente consumido na construção do ativo qualificável.

Diante disso, os saldos de ativo, passivo e resultado foram apresentados a menor em 31 de dezembro de 2023. Tais erros imateriais foram corrigidos nas informações anuais apresentadas em 31 de dezembro de 2024 e a tabela a seguir resume os impactos:

a. Balanço patrimonial

Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Outros ativos	344.843	-	344.843
Total do Ativo	344.843	-	344.843
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	250.548	(732)	249.816
Outros passivos	14.926	-	14.926
Total do Passivo	265.474	(732)	264.742
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros a distribuir	7.560	732	8.292
Outros	71.809	-	71.809
Total do Patrimônio Líquido	79.369	732	80.101
Total do Passivo e Patrimônio líquido	344.843	-	344.843

b. Demonstrações do resultado e resultado abrangente

Resultado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Despesas financeiras	(6.546)	732	(5.814)
Outros	17.915	-	17.915
Lucro do exercício	11.369	732	12.101
Total do resultado abrangente	11.369	732	12.101

c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Capital social	71.278	-	71.278
Reserva legal	531	-	531
Reserva de lucros a distribuir	7.560	732	8.292
Patrimônio líquido	79.369	732	80.101

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas – outros créditos e aplicações financeiras.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas – outras contas a pagar, outras contas a pagar, obrigações com arrendamentos e dividendos a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão de desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia cessou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da

obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não possui notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
 - As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso

disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventus (“FIC Consolidador”).

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado é a dívida com o BNDES apresentado na nota 8.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa para sua operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para o serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. O financiamento contratado pela Companhia, apresentado na nota 8, possui risco de mercado associado à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	19.947	Baixa do CDI	19.506	19.083
Efeito no resultado	1.661		1.220	797
Aplicações financeiras	18.616	Baixa do CDI	18.260	17.917
Efeito no resultado	1.350		994	651
Empréstimos e financiamentos	(262.480)	Alta do IPCA	(270.550)	(278.619)
Efeito no resultado	(29.061)		(37.131)	(45.200)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	496	60
Aplicações financeiras	-	924
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	19.947	4.171
Total	20.443	5.155

- (a) A Companhia possui aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a (13,32% a.a em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação vinculada – Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES (a)	16.414	6.425
Aplicação vinculada – Conta Reserva de O&M (a)	2.202	2.021
Aplicação vinculada – Conta Centralizadora (a)	-	-
Total	18.616	8.446
Ativo não circulante	18.616	8.446

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são referentes a obrigações de prestação de garantias assumidas pela Companhia no contrato de financiamento celebrado com o BNDES, em 30 de novembro de 2021, a saber: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES, (ii) Conta Reserva de O&M e (iii) Conta Centralizadora. Tal recurso será mantido em conta no Banco Citibank Brasil S.A., e deverá ser mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo o valor dado em garantia, podendo ser utilizado pelo credor para liquidação de obrigações relacionadas ao contrato. Ademais, conforme previsto no Contrato de Financiamento firmado junto ao BNDES, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente nas contas de reservas, mesmo que zeradas. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (12,66% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	8.446	93.995
Rendimentos de aplicações	1.350	112
Capitalização de rendimentos de aplicações	-	2.200
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(189)	(6)
Aplicações financeiras	18.018	8.340
Resgates de aplicações financeiras	(9.009)	(96.195)
Saldos finais	18.616	8.446

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia – terceiros	4.303	3.745
Venda de energia – partes relacionadas (nota 14)	1.160	5.403
Total	5.463	9.148

Em 31 de dezembro de 2024, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Torres anemométricas	10%	146	(37)	109	117
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	290.851	(14.810)	276.041	285.865
Edificações	3,33% a 4%	31.168	(1.389)	29.779	29.933
Provisão de desmobilização	2,86%	2.995	(107)	2.888	2.973
Total		325.160	(16.343)	308.817	318.888

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	117	6	-	(14)	109
Máquinas e equipamentos	285.865	2.053	(26)	(11.851)	276.041
Edificações	29.933	966	-	(1.120)	29.779
Provisão de desmobilização	2.973	-	-	(85)	2.888
Total	318.888	3.025	(26)	(13.070)	308.817

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferências (a)	Depreciação	31/12/2023
Torres anemométricas	131	-	-	(14)	117
Máquinas e equipamentos	-	-	288.824	(2.959)	285.865
Edificações	-	-	30.201	(268)	29.933
Ativo de direito de uso de bens arrendados	46	-	-	(46)	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	106.855	129.418	(236.273)	-	-
Imobilizado em andamento	57.516	9.000	(66.516)	-	-
Provisão de desmobilização	-	2.993	-	(20)	2.973
Custos de empréstimos	-	16.236	(16.236)	-	-
Total	164.548	157.647	-	(3.307)	318.888

(a) A Companhia iniciou suas operações comerciais de forma plena em 20 de setembro de 2023 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias do Grupo Casa dos Ventos.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui valores em adições no montante de R\$ 19.229 que não tiveram efeito caixa, referentes a provisão de desmobilização de ativos, reconhecimento de contratos de direito de uso e custos de empréstimos.

8 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) no valor de R\$ 242.032, destinado à implantação do empreendimento.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 6,07% ao ano. O período total de pagamento é de 262 meses com carência de 28 meses. O primeiro pagamento foi realizado em março de 2024 e o último será realizado em dezembro de 2045. Em outubro de 2023 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a), previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, alienação fiduciária de ações e aerogeradores, e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem que a Companhia deve atingir determinado Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* previstos no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2024	31/12/2023
BNDES	Financiamento	274.219	258.407
Custo de captação		(11.739)	(8.591)
Total		262.480	249.816

b. Movimentação da conta

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	249.816	190.767
Captações	12.482	39.000
Juros incorridos	29.061	5.593
Amortização de principal	(12.041)	-
Amortização de juros	(13.690)	-
Capitalização de imobilizado	-	18.482
Transferência do custo de captação	423	(884)
Custo de captação incorrido no exercício	(3.571)	(3.142)
Saldo em 31 de dezembro	262.480	249.816
Circulante	14.790	9.563
Não circulante	247.690	240.253

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2025	-	-	13.436	5%
2026	14.708	5%	13.436	5%
2027	14.708	5%	13.436	5%
2028	13.325	5%	12.119	5%
2029	13.325	5%	12.119	5%
2030	13.325	5%	12.119	5%
2031	13.325	5%	12.119	5%
2032	13.325	5%	12.119	5%
2033	12.525	5%	11.357	5%
2034	12.525	5%	11.357	5%
2035	12.525	5%	11.357	5%
2036	12.525	5%	11.357	5%
2037	12.525	5%	11.357	5%
2038	12.525	5%	11.357	5%
2039	12.525	5%	11.357	5%
2040	12.525	5%	11.357	5%
2041	12.525	5%	11.357	4%
2042	12.525	5%	11.357	4%
2043	12.525	5%	11.357	4%
2044	12.525	5%	11.357	4%
2045	12.529	5%	11.357	4%
Total parcelas – longo prazo	258.870	100%	248.544	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(11.180)		(8.291)	
Saldo total – longo prazo	247.690		240.253	

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 71.278 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 71.278 em 31 de dezembro 2023) e está representado por 71.278.000 ações, sendo 35.639.000 ações ordinárias e 35.639.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	77%	54.886	42.275.631	77%	54.886	42.275.631
Ares Eyner Participações S.A.	20%	14.256	7.638.000	20%	14.256	7.638.000
Palmyra do Brasil Ltda.	3%	2.136	21.364.369	3%	2.136	21.364.369
Total	100%	71.278	71.278.000	100%	71.278	71.278.000

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 1.266 (R\$ 2.520 em 31 de dezembro de 2023).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	5.331	11.369
(-) Prejuízos acumulados	-	(758)
(-) Reserva legal (5%)	(267)	(531)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	5.064	10.080
Dividendos obrigatórios	1.266	2.520

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 267 (R\$ 531 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 3.798 (R\$ 8.292 em 31 de dezembro de 2023).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$ 2.520 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	67.458	31.120
PIS e Cofins sobre vendas	(2.466)	(1.107)
Total	64.992	30.013

11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Custos com pessoal	(201)	(269)
Energia comprada	(6.391)	(2.703)
Depreciação	(13.070)	(3.295)
Gastos operacionais – geração energia	(859)	(831)
Custos com manutenção	(4.646)	(1.970)
Gastos com propriedades	(1.160)	(174)
Outros custos	(1.373)	(348)
Total	(27.700)	(9.590)

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(824)	(959)
Seguros	-	(73)
Outras despesas	(28)	(43)
Total	(852)	(1.075)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2024, R\$ 792 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. (R\$ 918 em 31 de dezembro de 2023), conforme citado na nota 14(a).

13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações	3.011	347
Outras receitas financeiras	147	12
Total	3.158	359
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(29.061)	(5.593)
Juros sobre provisão de desmobilização	(147)	(40)
Apropriação do custo de captação	(423)	-
Outras despesas financeiras	(237)	(181)
Total	(29.868)	(5.814)
Resultado financeiro líquido	(26.710)	(5.455)

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	1.193	6.464
Contas a receber de clientes		
Venda de energia (nota 6)/(c)	1.160	5.403
Partes relacionadas – outros créditos		
Transações de condomínio (b)	33	1.061
Passivo	1.881	9.935
Fornecedores		
Compra de energia (c)	-	1.803
Partes relacionadas – outras contas a pagar	653	59
Transações de condomínio (b)	649	22
Ressarcimentos diversos	-	37
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	4	-
Contratos de mútuos (d)	-	5.629
Dividendos a pagar	1.228	2.444
Resultado	17.478	15.088
Receita líquida de vendas		
Venda de energia (c)	18.624	18.883
Custos operacionais		
Energia comprada (c)	(354)	(2.877)
Despesas gerais ou administrativas		
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(792)	(918)

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possui um contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) A Companhia possui gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possui operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.
- (d) Durante o ano de 2023 a Companhia captou mútuos com partes relacionadas no montante de R\$ 5.500, incidindo juros de R\$ 114 até o final do exercício. Em 2024 a Companhia realizou a liquidação integral do saldo devedor no montante de R\$ 5.629, sendo R\$ 5.500 e R\$ 129 relativos ao principal e aos juros, assim respectivamente.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 16 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa		20.443	20.443	5.155	5.155
Contas a receber de clientes		5.463	5.463	9.148	9.148
Partes relacionadas - outros créditos		33	33	1.061	1.061
Aplicações financeiras vinculadas		18.616	18.616	8.446	8.446
Fornecedores		(802)	(802)	(1.872)	(1.872)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(262.480)	(274.219)	(249.816)	(258.407)
Contratos de mútuos		-	-	(5.629)	(5.629)
Dividendos a pagar		(1.266)	(1.266)	(2.520)	(2.520)
Outras contas a pagar		(73)	(73)	(220)	(220)
Partes relacionadas – outras contas a pagar		(653)	(653)	(59)	(59)
Total		(220.719)	(232.458)	(236.306)	(244.897)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – BNDES	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda corrente	(2.114)	(1.243)
Contribuição social corrente	(1.013)	(568)
Total	(3.127)	(1.811)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	67.458	31.120
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro presumido	5.397	2.490
IRPJ adicional / Outras receitas não operacionais	3.158	2.559
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(2.114)	(1.243)
CSLL/alíquota de presunção	12%	12%
CSLL/Lucro presumido	8.095	3.734
Outras receitas não operacionais	3.158	2.559
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(1.013)	(568)
Alíquota efetiva (%)	(37,0%)	(13,0%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	674	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	3.217	1.811
Impostos pagos sobre o lucro	(1.579)	(490)
Compensações no exercício	(1.570)	(647)
Saldos finais	652	674

17 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como perda provável ou possível, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

18 Eventos subsequentes

Em 12 de novembro de 2024 a CDV, controladora da Companhia, celebrou com a Palmyra do Brasil Indústria e Comércio de Silício Metálico e Recursos Naturais (“Palmyra”) o terceiro aditivo ao Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, por meio do qual garantiu à Palmyra uma nova Opção de Compra de Ações da Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A. Em 20 de janeiro de 2025 a Palmyra exerceu o direito de opção de compra e cumpriu todos os atos pré-fechamento, adquirindo ações de emissão da Companhia, que representam nesta data: 29.589.494 ações ordinárias de classe B, representando 41,51% do total de ações e 4,15% do capital social.